

A Monumentalidade e sua implantação urbana: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Parlamento Escocês

Raquel Machado Marques PEREIRA *, Ruth Verde ZEIN ^a

* Raquel Machado Marques Pereira possui graduação em Arquitetura e Urbanismo Modalidade Bacharelado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2008). Mestranda em andamento no Programa de Pós-Graduação pela mesma Instituição. Mestranda no PPGAU-UPM. Apoio FAPESP – Proc. 2010/13387-2.

Endereço: Rua Antonio Carlos, 196 #55A, 01309-1010, São Paulo - SP

Email: quelmachadobtu@yahoo.com.br

^a Ruth Verde Zein possui graduação em Arquitetura e Urbanismo Modalidade Bacharelado pela FAU-USP, 1977. Mestre e doutora em Teoria, História e Crítica da Arquitetura pelo PROPAR-UFRSS, 2000/2005. Doutora, 2005. Professora e pesquisadora na FAU e no PPGAU-UPM.

Email: rvzein@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda e desenvolve o tema da determinação plástica e a implantação urbana da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, bem como do Parlamento Escocês a partir da conceituação da monumentalidade dos edifícios e sua implantação como intenção de manifestação do povo perante o governo. A análise crítica das obras ocorreu através da descrição a partir das questões da forma plástica e da implantação urbana da Assembléia Legislativa em comparação ao Parlamento Escocês, obra contemporânea a ela.

Palavras-Chave: Edifício Legislativo; Forma Plástica; Implantação Urbana; Monumentalidade.

Abstract

This article researches and develops the theme through the plastic form and the urban implantation of the Legislative Assembly of São Paulo State as well as the Scottish Parliament, since the concept of monumentality from the buildings and their implantation with the intent of a popular demonstration against the government. The critic analysis of the construction occurred through the description from the questions of the plastic forms and the urban implantation of the Legislative Assembly compared to the Scottish Parliament, building contemporaneous to it.

Key-words: Legislative Building; Plastic Form; Urban Implantation; Monumentality.

1. Introdução

O estudo em questão compreende o edifício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), localizado no Parque do Ibirapuera. Este é resultado de um concurso de 1961, cujos vencedores foram Adolpho Rubio Morales, Ricardo Sievers e Rubens Carneiro Viana. O projeto construído é de 1962, com autoria de Adolpho Rubio Morales e Fábio Kok de Sá Moreira. Sua inauguração ocorreu em 25 de janeiro de 1968. A partir deste estudo, será objeto de pesquisa a implantação urbana e a oposição da forma plástica do edifício, frente à fragmentação do Parlamento de Edimburgo, na Escócia – Reino Unido, projeto de Enric Miralles e Benedetta Tagliabue, com data de projeto em 1998 e conclusão da obra em 2004.



1



2

Fig. 1: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Fonte: foto Autor)

Fig. 2: Parlamento da Escócia (Fonte: www.arcspace.com)

Assim, para a compreensão da questão da monumentalidade dos edifícios, presente em ambos os casos e da implantação urbana como fator impositivo na forma plástica das obras, além da sua intencionalidade de manifestação popular perante o governo, o conceito de core da cidade também descreve como a forma de organização e centralidade dos edifícios trás informação à população. Estes são temas de suma relevância para o entendimento comparativo destes projetos nos períodos em que foram propostos.

2. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A Assembleia Legislativa da Província de São Paulo foi instalada em 1835, com sede no Colégio dos Jesuítas. Anos mais tarde, sua sede foi transferida para o Largo de São Gonçalo no "Casarão João Mendes", atual Praça João Mendes, e posteriormente no Palácio das Indústrias, parque D. Pedro II, em sua terceira sede. O edifício em estudo é

a quarta sede, batizado como Palácio 9 de Julho, em homenagem ao dia de início ao movimento constitucionalista de 1932 e da promulgação da Constituição Estadual de 1947. Seu terreno possui aproximadamente 30 mil metros quadrados e confronta com as ruas Abílio Soares e Nabia Abdals Chohfi e as Avenidas Pedro Álvares Cabral e Srg. Mario Kozel Filho, no bairro do Ibirapuera em São Paulo.



Fig. 3: Foto aérea da Assembléia Legislativa de São Paulo (Fonte: Google maps)

A resultante do projeto para o concurso se deu a diversos componentes, tais como: situação e características do terreno, acessos, paisagística do local, programa de necessidades e determinação plástica. Desta forma, o projeto construído se utilizou dos mesmos componentes anteriores.

Portanto, o projeto está organizado em subsolo, andar monumental, térreo e outros quatro andares. O acesso principal é a perspectiva da chegada pela Avenida Brasil, como uma sucessão de vistas. Os demais acessos são secundários.

A entrada principal – hall nobre – é feita através da esplanada, cuja monumentalidade é acentuada pelas palmeiras imperiais e os mastros. À direita temos a entrada geral do público – hall político. Oposto à entrada nobre, acha-se o acesso especial para os deputados. Ao lado esquerdo tem-se a entrada administrativa, acesso dos funcionários.



Fig. 4: Implantação Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Fonte: quadro informativo acesso edifício)

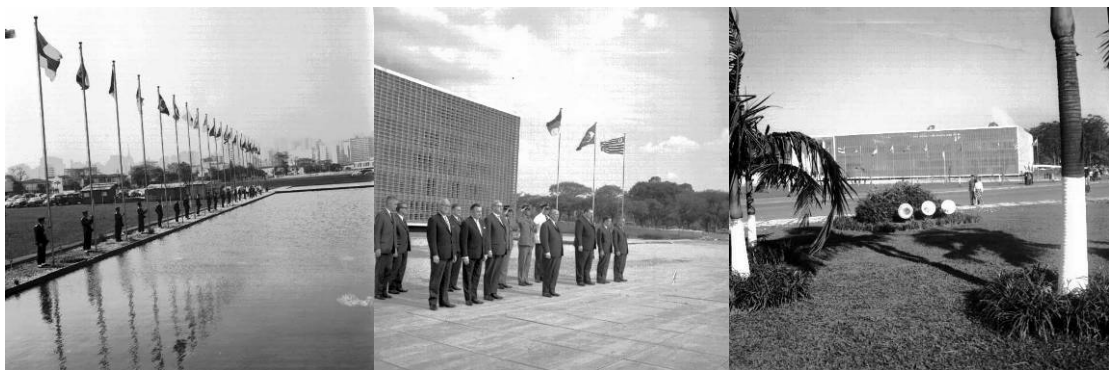


Fig. 5: Fotos Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 1968, destaque para os mastros (Fonte: Divisão de Acervo Histórico ALESP)

O edifício foi concebido para abrigar setores distintos, tais como: político, técnico e administrativo, bem como serviços gerais que interliguem estas áreas. Isto para dar suporte aos trabalhos parlamentares, criando áreas de ligação que permitam independência nos acessos e nas circulações. Todas essas áreas foram projetadas para servir de imediato ao Plenário Juscelino Kubtschek, a Presidência e a Diretoria Geral, em função da atividade legislativa. O partido do edifício se deu por uma construção retangular, em monobloco horizontal, como entendimento plástico simples. Solução em seis pavimentos, sendo um semi-enterrado e os demais envolvendo o Plenário, que é o centro de convergência das atividades parlamentares. Da esplanada que circunda o edifício partem as rampas-pontes, que servem de acesso aos halls especiais. O edifício é revestido de granito cinza e mármore branco. Estruturas de vidro e metal compõem a fachada da *Casa do Povo*.

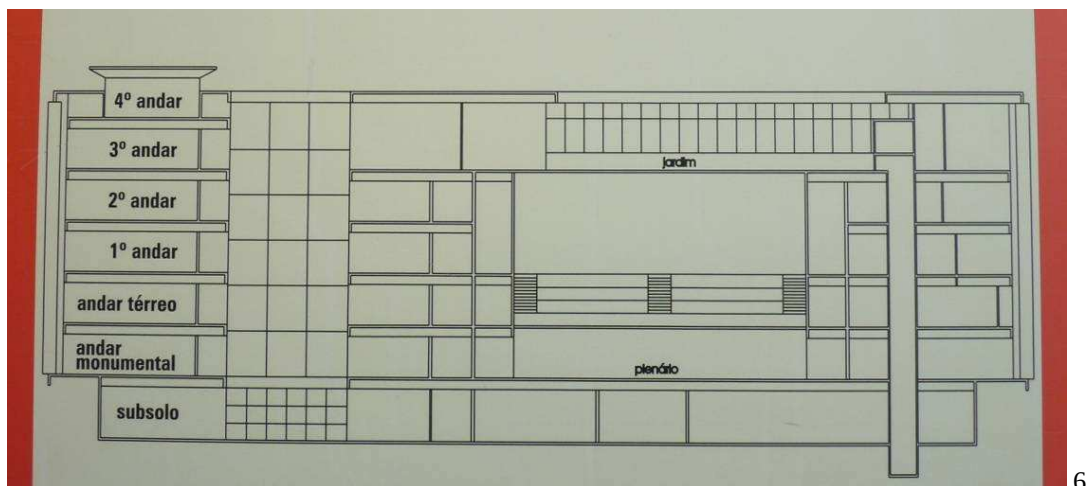


Fig. 6: Corte esquemático Palácio 9 de Julho (Fonte: quadro informativo acesso edifício)



Fig. 7: Elemento vazado na fachada - Palácio 9 de Julho (Fonte: fotos Autor)

O uso do subsolo é destinado a serviços gerais. Já o andar monumental abriga o Plenário Juscelino Kubtschek, o Auditório Franco Montoro, o Hall Monumental e o Salão dos espelhos. Os gabinetes dos deputados e das lideranças políticas estão distribuídos no térreo e de 1º a 3º andares – uso político.

O andar térreo tem uso administrativo e as galerias do plenário e auditório, salão nobre e área de exposições. O 1º andar abriga salas administrativas e os Plenários José Bonifácio, Tiradentes e D. Pedro I, conhecidos como ‘plenarinhos’, além do Auditório Teotônio Vilela. No 2º andar temos espaços administrativos, além dos mezaninos dos plenários menores. No 3º andar temos biblioteca, acervo e demais usos administrativos. E por fim, o 4º andar é um andar técnico.



Fig. 8: Plantas do Palácio 9 de Julho (Fonte: quadro informativo acesso edifício)

A obra como “*entendimento plástico simples, (...) tranqüilo pela proporção e severo pela implantação, poderiam conferir ao edifício a nobreza que se nos afigurou necessária, dado o tema em questão. (...) E admitindo também que o Poder Legislativo se impõe por segurança, sobriedade e nobreza, requerendo mesmo generosidade nos espaços circundantes, bem como proteção e distanciamento*”¹ conveniente à imponência e dignidade que o Poder Legislativo deve ter.



Fig. 9: Fotos acesso principal, de público e funcionários da ALESP em 1968 (Fonte: Divisão de Acervo Histórico ALESP)



Fig. 10: Fotos acesso principal, de público e funcionários da ALESP em 2010 (Fonte: fotos Autor)

3. Parlamento de Edimburgo - Escócia

O Parlamento é a assembléia dos representantes eleitos pelos cidadãos nos regimes democráticos e exerce normalmente o poder legislativo. No Reino Unido, é oficialmente chamada de *Câmara ou Casa dos Lordes*.

A primeira sede do Parlamento de Edimburgo, em caráter provisório, foi a Câmara da Assembléia Geral da Igreja da Escócia, na Royal Mile, em Edimburgo.

¹ Revista Acrópole, nº273, p.310

O Parlamento Escocês, na cidade de Edimburgo, uma obra que expressa plenamente o estilo de Enric Miralles, respeitoso com as formas e tradições do lugar, conferi simultaneamente ao edifício, volumes e elementos que criam uma tensão visual que altera-se segundo o ângulo de observação, da luz e das sombras nas diferentes horas do dia.



11

Fig. 11: Foto aérea do Parlamento de Edimburgo (Fonte: Google maps)

O processo da escolha do projeto do Parlamento deu-se por meio de concurso internacional em 1998, o qual qualificou 12 projetos na primeira etapa e 5 na segunda. Nesta última, ocorreu uma exposição aberta ao público e o projeto de maior aceitação popular foi de Enric Miralles e Benedeta Tagliabue.

O complexo do Parlamento compreende uma área de 1.6 hectares, com perímetro de 480 metros, distante um quilômetro do centro de Edimburgo, na borda da Cidade Velha, no bairro de Holyrood, numa área de patrimônio mundial da UNESCO.

Para Enric Miralles “*O Parlamento deve ser capaz de refletir a terra que representa. O edifício deve levantar-se da base inclinando-se do ‘Assento de Arthur’, para depois chegar-se à cidade, como que brotando da rocha.*”²



12

Fig. 12: Maquete do Parlamento Escocês (Fonte: www.arcspace.com e revista El Croquis nº100-101, p. 155)

O projeto busca um edifício que possa representar e apresentar a identidade nacional; não apenas outro edifício na rua, mas um edifício que viesse reforçar as qualidades existentes do local e de seus arredores.

A sede oficial é o Parlamento de Edimburgo, inaugurado em outubro de 2004, com a presença da rainha Elizabeth II. O edifício aponta conceitualmente uma união poética entre o Parlamento, seu povos, sua cultura e a própria cidade, dotado de simbolismos de formas da natureza e da terra.

Os edifícios foram concebidos à partir da forma sugerida pelo terreno para a área da sala da Câmara. A obra consiste num conjunto de edifícios em forma de folhas, com uma ala coberta com herbáceas, que funde-se com o parque adjacente e com os gabiões de muros de construções anteriores. Em seu interior dispõem-se diferentes motivos geométricos, ícone da arte escocesa.

A Câmara tem forma de ferradura elíptica rasa. Sua característica mais notável é o telhado, que é suportado por uma estrutura de laminado de carvalho, o feixe na parede ocidental da câmara em painéis de vidro laminados, de formas diferentes, pretende dar uma dimensão humana ao espaço.

O lobby do jardim está no centro do complexo e conecta a câmara, os quartos do comitê e os escritórios administrativos dos edifícios da torre com Casa de Queensberry e o edifício de Membros do Parlamento Escocês. A característica principal do lobby é a sua

² Revista El Croquis, nº100-101, p.143

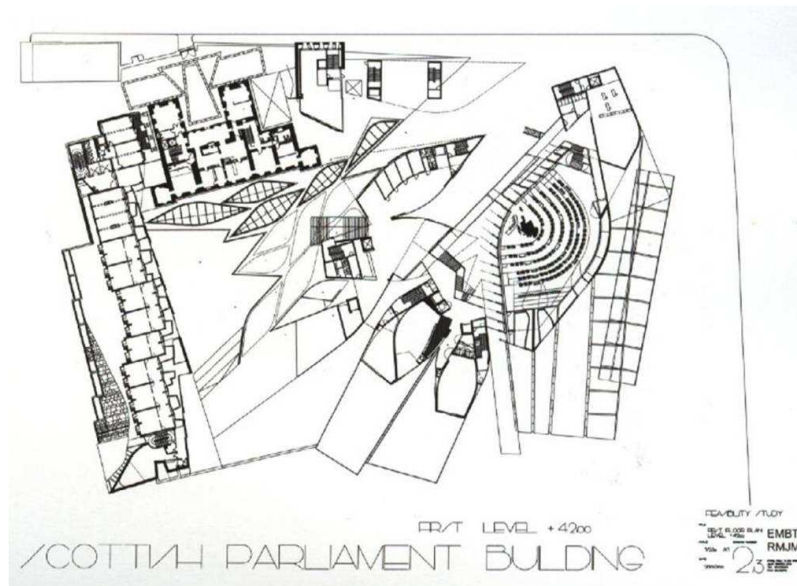
estrutura, que quando vistos de topo se assemelham às folhas, a qual permite a entrada de luz natural no edifício.

A intenção de incluir a arte e esculturas no edifício reforça o desejo de Miralles, de que o projeto deve refletir a natureza da Escócia, particularmente suas terras e povos. O Salão principal do Parlamento contém um número característico de esculturas distintas.



13

Fig. 13: Fotos do Parlamento Escocês (Fonte: www.arcspace.com)



14

Fig. 14: Planta térrea do Parlamento Escocês (Fonte: revista El Croquis, nº 100-101, p.148)



Fig. 15: Imagens do Parlamento Escocês (Fonte: www.arcspace.com)

15

4. A questão da Monumentalidade:

Os edifícios abordados constituem marcos na paisagem, que representam o poder e a organização nestas cidades. Sendo assim símbolo e exemplo do quadro urbano moderno projetado para o local onde está inserido.

No manifesto de 1943, Siegfried Giedion, José Luis Sert e Fernand Léger escreveram: *“As pessoas querem que os edifícios que representam sua vida social e comunitária possam dar-lhes uma satisfação funcional maior. Querem satisfazer sua aspiração à monumentalidade, à alegria, ao orgulho e à comoção.”*³

A determinação plástica do edifício da Assembléia Legislativa em São Paulo, por ser de caráter monumental, expressa presença própria e é dotada de elementos que valorizam os termos volumétricos, simbolizando a entidade representativa da vontade popular. A forma em monobloco horizontal, como entendimento plástico simples, conferiu ao edifício, juntamente com o revestimento em granito cinza e mármore branco, estruturas de vidro e metal na fachada, a representabilidade do poder, ou seja, a monumentalidade do edifício.

Já o Parlamento Escocês, que também é monumental, cria uma união complexa da natureza e da cultura, sendo um marco na paisagem. No entanto, Miralles procurou projetar um edifício que pudesse representar e apresentar a identidade nacional, vindo reforçar as qualidades existentes do local e de seus arredores.

Outros elementos além do volume do edifício conferem monumentalidade às obras, bem como o hall principal do Palácio 9 de Julho e o lobby do jardim do Parlamento Escocês, e as salas da Assembléias. Cada qual com sua intenção, porém com uma mesma simbologia de grandiosidade e poder.

³

SERT apud FRAMPTON, K. *História crítica da Arquitetura Moderna*, p.329.

O hall monumental da ALESP conta com seis andares de pé-direito. Cada pano de vidro corresponde a um andar do edifício. A imponência do acesso através da rampa-ponte de 20 metros de largura que parte da esplanada para o hall principal, juntamente com a magnitude de espaço conferem ao ambiente, a monumentalidade que foi proposta.



Fig. 16: Hall monumental da ALESP (Fonte: fotos Autor)

Por outro lado, o hall monumental do Parlamento de Edimburgo é o lobby do jardim e tem sua inspiração na natureza, pois sua estrutura de topo assemelha-se a folhas, a qual permite a entrada de luz natural no ambiente. Localizado no centro do complexo, confere ao prédio uma conectividade com diversas áreas.

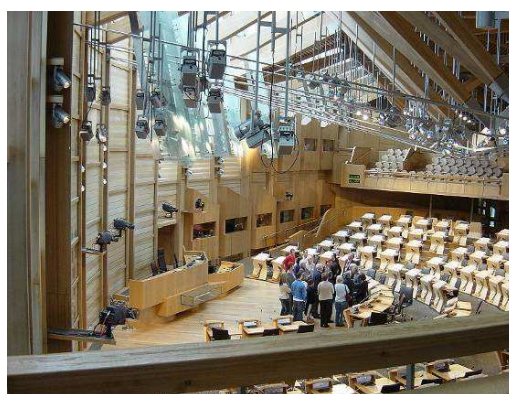


Fig. 17: Hall monumental do Parlamento Escocês (Fonte: www.arcspace.com)

O Plenário Juscelino Kubtschek na ALESP está localizado no centro do edifício, interligando os setores político, técnico e administrativos, para atender a atividade legislativa, pois ele é o centro de convergência das atividades parlamentares. Esta sala da Assembléia conta com 96 bancadas para os deputados estaduais e uma galeria para um público de 264 pessoas, enquanto a Câmara do Parlamento Escocês possui 131 bancadas para os membros do Parlamento e uma galeria para um público de 255 pessoas. A característica mais notável desta última é o telhado, que é suportado por uma estrutura de laminado de carvalho, onde os feixes juntaram com um total de 112 conectores de aço inoxidável (cada ligeiramente diferente), que são suspensos por sua vez nas hastes de aço das paredes. O feixe na parede ocidental da câmara em painéis de vidro laminados, de formas diferentes, pretende dar uma dimensão humana ao espaço, pois à noite, a luz entra através dos painéis de vidro e cria a impressão que a câmara nunca está desocupada.



18



19

Fig. 18: Plenário Juscelino Kubtschek (Fonte: foto Autor)

Fig. 19: Câmara do Parlamento Escocês (Fonte: site Wikipédia)

Desta forma, em sua totalidade ou em elementos isolados, ambas as obras expressam a monumentalidade no edifício, pois não é a representação do absoluto, mas a intencionalidade de representar o poder na arquitetura.

5. A Implantação Urbana:

Segundo o arquiteto J. L. Sert – no CIAM VIII – a arquitetura moderna está diretamente ligada à urbanística, pois as cidades são um conjunto de habitações, um lugar de manifestações civis e um espaço para funções públicas. Desta forma, a implantação urbana dos edifícios públicos, como no caso das assembleias, espacializa a intenção de um lugar que seja a manifestação do povo perante o governo.

Semelhantemente, no conceito de ‘Core’ da cidade por Solà-Morales:

A discussão (...) sobre o core das cidades como uma zona a considerar na organização das distintas funções urbanas significou não só a necessidade de um centro pluriforme e de máximo alcance social para a cidade como, sobretudo, a caracterização dessa centralidade como coração, isto é, como o lugar físico no qual encontram assento os sentimentos humanos mais elevados mais necessários para a plenitude de uma arquitetura em busca de um novo urbanismo.⁴

A implantação do Palácio 9 de Julho, sede da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo ocorreu numa área com depressão em sua centralidade – área destinada a implantação do edifício, ou seja, a cota de base do prédio é inferior às cotas das ruas na periferia. Anteriormente, esta área pertencia ao Parque do Ibirapuera, onde havia um lago, por este motivo, a depressão no terreno.



Fig. 20: Foto aérea de 1958 e foto aérea recente (Fonte: site Geoportal e Google Maps)

Quanto ao Parlamento Escocês, a implantação ocorreu de forma a preencher o espaço a ela destinado em Holyrood, dentro do local do *Heritage* (patrimônio mundial) da UNESCO na central Edimburgo, por meio de estruturas fragmentadas, pois o partido adotado era de buscar nas formas da natureza e a identidade do lugar.

Desta forma, seja a concepção do projeto em monobloco ou fragmentada, das obras em estudo, observa-se que ambas ocuparam a área urbana com uma intencionalidade, qual seja, trazer ao público ou usuário uma identidade com o local onde se inserem, criar um marco na paisagem e dotar de poder a arquitetura em questão.

Referências Bibliográficas:

CURTIS, W.J.R. **Arquitetura Moderna desde 1900**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2008. 3ª edição

Divisão de Acervo Histórico – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

FRAMPTON, K. **História crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003. 1ª edição

ROGERS, E.N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J. (org.). **The Heart of the City: towards the humanization of urban life**. Londres: 1952.

Revista Acrópole nº273, p.305-310

Revista El Croquis nº100-101, Miralles 1996-2000, p.142-167

SOLÁ-MORALES, I. **Diferencias: topografías de la arquitectura contemporánea**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1995.

Sites de referências:

<<http://www.arcspace.com/architects/miralles/parliament/>>. Acesso em: 22 out. 2010.

<<http://blog.2modern.com/2010/08/the-new-scottish-parliament-edinburgh-by-enric-miralles-benedetta-tagliabue-.html>>. Acesso em: 20 out. 2010.

<<http://www.galinsky.com/buildings/scottishparliament/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

<<http://www.geoportal.com.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

<<http://www.googlemaps.com/>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

<<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 22 out. 2010.

<http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Scottish_Parliament_Building>. Acesso em: 20 out. 2010.